

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

GRUPO INDÍGENA KAPINAUÁ

CEDI - P. I. B
DATA 19, 08, 86
COD CW 001

"Situado no extremo oeste do Estado, o Município de Mata Grande avança até a divisa com o Estado de Pernambuco e pertence à chamada zona fisiográfica serrana. Por seu aspecto, recursos naturais e clima pode ser dividido em duas subzonas fisiográficas: a das serras, onde predominam as culturas agrícolas e se encontram os engenhos de rapadura; e das caatingas "onde se ... limita ao norte e oeste com o Estado de Pernambuco, ao sul, com os municípios de Água Branca e Piranhas; e a oeste com Santana de Ipanema". (documento anexo)

No jornal Nova Era, de Pesqueira em 1981, (em anexo) surgiram vários artigos a respeito dos Kapinauá.

"Os Capinauás, descendentes diretos dos Caetés, vivem na área denominada "Macacos", encravada entre os municípios de Buique e Tupanatinga".

As terras teriam sido doadas por D. Pedro II, tendo esse documento desaparecido.

Nesse mesmo jornal consta que: "mas, Zuza Tavares é o grande fazendeiro, e o grileiro mais perigoso: tem dinheiro, tem capangas e sempre conta com o apoio de polícia de Buique. Ele já invadiu e cercou muita terra pertencente por direito aos índios ...".

"Em fins de 1979, as ameaças de Zuza Tavares aumentaram cada vez mais. O pajé Zé Índio resolveu trazer uma denúncia contra Zuza Tavares e acabou acusado de "agitador" ...".

"Amigos índios, olhem bem este homem. Chama-se Zuza Tavares. Ele é um grileiro ... anos atrás ele comprou parte da área indígena dos índios do Nordeste, chamados Kapinauá, em Buique - Pernambuco. Usou violência, destruiu casas, queimou roças, derrubou cerca".

Através de nota oficial de 18 de fevereiro de 1981, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a Diocese de Pesquei

ra através de seu Conselho Deliberativo denunciou aos órgãos responsáveis que se faziam necessárias medidas urgentes sob a pena de responsabilizá-los pelas prováveis mortes que acontecessem, pois os Índios Kapinawã que há mais de dez anos vinham sofrendo grilagem do Sr. Zuza Tavares e Ernesto, no sítio de Mina Grande, atualmente estariam não só ameaçando mas acompanhados de homens armados, fincando cerca nas terras secularmente possuídas pelos Kapinauã.

Em 10 de setembro de 1981, o Sr. José Índio dos Santos, de localidade de Mina Grande, Município de Buique esteve nesta Fundação fazendo uma série de denúncias.

Dizendo que o fazendeiro Zuza Tavares dizia que a localidade de Mina Grande, onde habitavam 45 famílias Kapinauã era dele pois tinha comprado de Manuel Cabral.

Zuza Tavares teria vendido essas terras à Romero Costa Maranhão, e agora necessita expulsar essas famílias.

O Sr. Romero Maranhão teria dado a incumbência de cercar a área de Mina Grande, também denominada de "Propriedade de Macaco dos Índios".

O fazendeiro Ernesto Pedro Bezena quer cercar a localidade Samambaia dentro de sua propriedade, mas essa área é o local de plantação de milho do grupo Kapinauã.

As cercas de Zuza Tavares e Ernesto P. Bezena, dividiram a propriedade de Macaco dos Índios, e as famílias Kapinauã estão sem terras para a subsistência.

Quatro vezes os grileiros levantaram a cerca, e os Kapinauã a retiraram.

Em maio/81 o Índio Firmino Gomes da Silva foi alvejado na localidade de Mina Grande.

José Índio dos Santos que se encontrava na 3a. DR tendo notícias do atentado, Dr. Marcos, Delegado Substituto, providenciou junto à polícia federal, soldados que se deslocaram para Mina Grande.

A polícia federal desarmou os grileiros, mas o Sr. Zuza Tavares estava foragido e não foi encontrado.

Posteriormente, o Sr. Ernesto mandou queimar a roça de Firmino, tendo este refeito a cerca, foi intimidado pelo Delegado de Buique, que avisou que ele mesmo mandaria derrubar de novo a cerca.

Diante disto, Sr. José Índio dos Santos, deslocou-se para Pesqueira e o Padre José Maria e o Bispo Dom Palmerio, telefonaram para uma advogada que mandou que refizessem a cerca, marcando uma audiência dos moradores de Mina Grande/Juiz de Buique.

A audiência não ocorreu, pois até dia 28 nenhum juiz havia chegado a Buique.

A advogada comunicou a queima da cerca e roça do Índio Firmino ao Sindicato Rural de Buique, tendo o Sindicato enviado fiscal para apurar a ocorrência, verificaram que estas eram procedentes.

Juntamente com José Índio dos Santos foram à Recife, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco para comunicar o ocorrido, tendo o Presidente da Federação dado entrevista a Rede Globo, a favor dos índios.

Dia 21/06/81, o Bispo de Pesqueira e Garanhuns, juntamente com outros membros da Igreja Católica, na região, celebraram missa na Igreja Matriz de Buique, onde o Sr. José Índio dos Santos expôs sua situação e ocorrências em Mina Grande, tendo os "presentes", cerca de 5 mil pessoas, afirmado em coro "a terra é dos índios".

Em agosto/81 esteve em Mina Grande a Antropóloga Maria do Rosário Gonçalves Carvalho, da Universidade da Bahia, que permaneceu cerca de 4 dias em Mina Grande. A antropóloga e sua equipe, fizeram gravações sobre história de ocupação de Mina Grande, história de vida, e tiraram fotografias de um morro com desenhos (inscrições).

Em 02/09/81, o Sr. José Índio dos Santos retornou a esta Fundação, informando sobre a existência de 2 Marcos, 1 (um) na divisa de Mina Grande com a localidade ou propriedade Coqueiro sendo que este Marco apresentava o desenho de Índio, um coração, a data de 05/08/62 e o nome Marco Teixeira - Agri

menor , em tinta preta, ao passo que o outro Marco se localizava no sítio Brejo de Fora, dentro da localidade Mina Grande.

Devemos ressaltar, ainda que a Socióloga, Dolores Cornélia Pierson esteve na área em 1979, podendo naturalmente fornecer maiores esclarecimentos.

Através da Instrução Técnica Executiva nº 041/81-AGESP, o Sr. Assessor Técnico-Chefe desta Assessoria, determinou que Dolores Cornélia Pierson, Socióloga: Maria da Penha C. de Almeida, Antropóloga; Imara Daloni Pereira da Silva, Socióloga; e Vera Maria Cavalcante Alves, Encarregada da Biblioteca Curt Nimuendaju, se deslocassem para o Museu do Índio/RJ objetivando padronizar as técnicas de levantamento de arquivos, e o levantamento de toda a documentação bibliográfica existente na Biblioteca daquele Museu.

Desde que estava prevista uma viagem dessa equipe à sede da 3a. DR e posteriormente às áreas, Wassu, Tingui e Kapinauã, que passam por problemas semelhantes, fazia-se necessário a padronização de técnicas de levantamento de arquivos, para realizarmos pesquisa histórica nos arquivos ^{regionais} nacionais de Pernambuco e Alagoas, objetivando a identificação étnica desses grupos indígenas, visando o reconhecimento pela FUNAI e posterior medidas de caráter fundiário.

Nesta ocasião, tivemos oportunidade de na Biblioteca Marechal Rondon, no Museu do Índio, levantar referências históricas em documentos, livros e filmes, referentes aos grupos indígenas Wassu, Tingui, Trukã, sendo que a respeito que a respeito do grupo indígena Kapinawã praticamente nada foi encontrado, a não ser referências à antigos aldeamentos em Buíque.

Quanto aos Wassu, grande material foi encontrado a respeito da aldeia de Cocal; em relação aos Tingui, especificamente, nada se encontrou nos poucos dias que passamos lá, mas em relação à Porto Real do Colégio, de onde parecem serem provenientes os Tingui, muitas referências foram encontradas.

O levantamento a respeito dos Wassu, foi feito por mim, sendo que as Sociólogas Dolores e Imara, realizaram res

pectivamente os levantamentos dos Kapinauá e Tingui.

Entretanto, antes do nosso deslocamento ao Museu do Índio, em pesquisa bibliográfica na coleção de obras raras da Universidade de Brasília, encontrei a seguinte referência a respeito dos Kapinauá, sobre a propriedade do Macaco. (Mapa em anexo)

"... No districto do Rio de S. Francisco estão situadas as aldeias de S. Braz, da Alagoa Comprida, do Pão de Açúcar, da Alagoa da Serra, do Camunbi. Aldeia do Ararobá, na freguezia do mesmo nome aldea dos Carijos na Ribeira do Panema aldea do Macaco na mesma ribeira (grifos meus - Desagravos do Brazil e Glórias de Pernambuco - D. Domingos do Loureto Coutto, 1902 - pág. 170".

"Não há dúvidas de que essa aldeia Macaco "a que o autor se refere pela descrição geográfica apresentada, se localiza em Buique. (Vide mapa).

Esta é a única referência concreta encontrada, entretanto enorme material bibliográfico ainda não foi pesquisado.

No arquivo público de Alagoas teríamos:

1. Rev. Inst. Arqueológico Alagoano
nº 1º, 2º, 3º e 4º
2. Almanaque do Est. de Alagoas, 1892
3. Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749
4. Apontamentos sobre diversos assuntos geográficos-administrativos da Província das Alagoas, 1869 - Alexandrino Dias de Moura.
5. Breve notícia sobre os Municípios do Estado de Alagoas, elaborado pelo Chefe de Secção da Secretaria do Interior, 1893, Manoel Laurindo Martins Júnior.
6. Mensagem à Assembléia Legislativa, 1951 - Arnon de Mello
7. Relatório, do Jornal de Alagoas, 1874 - Luiz Rômulo Peres de Moreno.
8. Fala ao Presidente da Província, 1876 - Caetano E. Cavalcante Pessoa.

9. Falla Assemblêia Legislativa das Alagoas em 10/05/1876 - João Thomê da Silva.

Arquivo Público de Pernambuco

1. Anais Pernambucanos, 11 volumes, Pereira da Costa.
2. Documentos históricos de Pernambuco, 11 volumes, referente as Sesmarias.
3. Dicionário histórico e geográfico, Sebastião Vasconcelos Galvão.
4. Memórias históricas da Província de Pernambuco, José Bernardo Fernandez Gama.

Instituto Histórico e Geográfico Alagoano:

1. História do S. Francisco, Inst. de Educação, Medeiros Netto - Maceió, 1941.
2. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. José de Castro Azevedo 31/01/28, Typ. Alagoana - Miguel Coelho de Farias.

Na Biblioteca Nacional/RJ.

- Falla dirigida à Assemblêia Legislativa da Província de Alagoas - II, 350, 4.11.31.
- Emancipação das Alagoas, II, 49, 5, 28 - João Craveiro Costa.
- Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas, II 337, 3, 26.
- Breve notícia sobre a Província de Alagoas II, 309, 7, 24.
- Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina nas Alagoas, V, 248, 3, 10.
- Geografia Alagoana, II, 307, 2, 30.

Naturalmente essa é uma pequena amostra da bibliografia existente a ser pesquisada a respeito dos Índios de Alagoas e Pernambuco; o material é na realidade inesgotável, necessitando de tempo e paciência de pesquisadores, para procurar em cada livro, algumas referências históricas sobre os grupos in

dígenas em questão, visando a identificação étnica e posterior reconhecimento e assistência por parte da FUNAI.

A identificação étnica é feita principalmente através do critério de auto-identificação étnica e critério histórico para que com o reconhecimento oficial, possam ter a questão de caráter fundiário resolvida.

MINTER - FUNAI -
M^{te} da Penha e - el^e Almeida
C. de Almeida